



PROGRAMAÇÃO

Curso: Licitações na Lei nº 14.133/21. Foco nos serviços de engenharia.

1. Introdução: por que licitar?
2. Serviços de engenharia: o que são? Qual a diferença entre serviço e obra?
3. Processo licitatório.
 - 3.1. Fase preparatória.
 - 3.1.1. É possível acompanhar a elaboração do edital?
 - 3.1.2. É possível impugnar o edital? Em qual prazo?
 - 3.1.3. É possível paralisar uma licitação? Há prazo para isso?
 - 3.2. Fase de apresentação das propostas.
 - 3.2.1. Atenção ao edital: ele é a regra da licitação.
 - 3.2.2. Exigências meramente formais podem me excluir da disputa?
 - 3.2.3. Quais as documentações exigidas e como apresentá-las? Em qual prazo apresento minha proposta?
 - 3.2.4. Quem não pode participar da licitação?
 - 3.2.5. O que as licitações de serviços de engenharia devem observar?
 - 3.2.5. É possível a participação em consórcio?
 - 3.2.6. Como é caracterizada uma proposta inexequível?
 - 3.3. Fase de julgamento.
 - 3.3.1. Quais as modalidades de licitação e, quando do julgamento, quais são os critérios?
 - 3.3.2. Quais os critérios de desempate?
 - 3.3.3. Que tipo de proposta é desclassificada? É necessário conferir o direito de defesa?
 - 3.4. Fase de habilitação.
 - 3.4.1. Habilitação jurídica.
 - 3.4.2. Habilitação técnica.
 - 3.4.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista.
 - 3.4.4. Habilitação econômico-financeira.
 - 3.4.5. Quais os limites das exigências? A quem recorrer em caso de direcionamento?
4. Contratação direta.
 - 4.1. Princípio da obrigatoriedade da licitação: contratação direta como exceção.
 - 4.2. Processo de contratação direta: o que deve ser exigido e quais cuidados a empresa deve ter?
 - 4.3. Dispensa licitatória.
 - 4.3.1. Conceito e razão de ser.
 - 4.3.2. Hipóteses atinentes aos serviços de engenharia.
 - 4.4. Inexigibilidade licitatória.
 - 4.4.1. Conceito e razão de ser.
 - 4.4.2. Hipóteses atinentes aos serviços de engenharia.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Minas Gerais

CURRÍCULOS INSTRUTORES

Graduada em Direito pela PUC-Minas
Especialista em Direito Urbanístico - PUC/Minas; Mestre em Direito Administrativo –UFMG; Doutora em Direito Público - PUC-Minas
Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo - IMDA;
Professora de Direito Administrativo na Especialização da PUC/Minas;
Foi juíza substituta do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais
Possui diversos livros e artigos publicados na área do Direito Público, em especial no Direito Administrativo.



**Maria Fernanda Pires
de Carvalho Pereira**



Caio Cavalcanti

Graduado em Direito pela UFMG
Especialista em Direito Administrativo - PUC Minas; Especialista em Direito Processual – PUC Minas; Especialista em Direito Tributário – PUC Minas; Especialista em Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes; Especialista em Advocacia Pública pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático – IDDE; Especialista em Direito – FEAD/MG; Especialista em Direito Público – FEAD/MG; Especialista em Direito – FEAD/MG; Especialista em Direito Processual – FEAD/MG; Especialista em Direito Penal e Processual Penal - Faculdade Arnaldo; Especialista em Direito Público Aplicado pela Escola Brasileira de Direito – EBRADI. Possui diversos livros e artigos publicados na área do Direito Público, em especial no Direito Administrativo.

Graduada em Direito pela PUC Minas.
Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi Chefe da Assessoria Jurídica do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro; Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão do Município de Belo Horizonte; Consultora Legislativa na Subsecretaria de Assessoria Técnico-Legislativa do Estado de Minas Gerais; Assessora Jurídica na Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais – SEPLAG/MG; Professora de Direito Administrativo, Constitucional e Econômico na PUC/Minas e na Especialização do UniBH.



**Natália Torquete
Moura**

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL

